

BNCC e seu caráter neoliberal

M.G. Machado^{1*}

*mayaragm@id.uff.br

O presente trabalho é uma análise de política pública, através da perspectiva da teoria do capital humano de Schultz (1963), da definição de neoliberalismo norte-americano de Foucault (1979) e da *Pedagogia das Competências* de Philippe Perrenoud (1999), analisamos a terceira versão da BNCC. Schultz teoriza que o conceito de capital humano é consequência do investimento do indivíduo e da nação, em conhecimentos, habilidades e valores, que sejam capazes de torná-lo produtor de renda, através do trabalho. O sujeito neoliberal se torna o capital mais importante na lógica neoliberal. De forma que sua trajetória, valores e desejos serão determinados pelo interesse do contexto econômico e seu possível retorno, através de renda e de seu aumento proporcional ao investimento destinado. Determinando que a cultura deve ser uma promotora da lógica econômica. Associamos com o conceito de Foucault, em que o autor destaca que o neoliberalismo norte americano se apresenta para além de uma prática exclusivamente estatal e passa a gerar uma racionalidade neoliberal. Tal racionalidade se apresenta através do comportamento economicizado, de lucros ou prejuízo, aplicado à totalidade da realidade do indivíduo. Através desses conceitos, passamos a analisar a terceira versão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e suas orientações teóricas. Através da revisão da terceira versão, a principal referência teórica relacionada foi a *Pedagogia das Competências*. Lógica originada na corrente neocontrutivista que defende a tese de “Aprender a aprender”. O neoconstrutivismo se apresenta como uma alternativa para a “escola do séc. XXI”, em que o estudante é exposto à uma diversidade de situações, para aprender a resolver problemas, situação em que o aprendizado teórico aprofundado se daria exclusivamente no ensino superior. Portanto, gerando estudantes do ensino básico para a lógica mercadológica taylorista, ou seja, capital humano estrito. Interesse específico da classe empresarial nas reformas educacionais em vigor, principalmente, em um momento de instabilidade política. A terceira versão da BNCC, se torna nesse contexto, com o distanciamento da população durante seu desenvolvimento e o envolvimento dos conglomerados, um procedimento de restrição da visão crítica coletiva. Um documento que direciona uma fatia específica da população à insuficiência de conteúdos e aprofundamentos, se torna uma circunscrição de ação cidadã, restringe os processos de entrada na universidade e os processos de interpretação social. Essas insuficiências já aconteciam, mas para além de processos paralelos que geram essa limitação, a BNCC torna essa a prática educacional oficial.

Palavras-chave: BNCC, Neoliberalismo, Educação Básica.